



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju – SE, Ano 31, Edição 1654
22 a 28 de dezembro de 2014

IVZ

www.cinform.com.br

CINFORM

CPI pode afastar

prefeito

Investigação chegou ao fim e pode levar chefe do Executivo de Cristinápolis a responder por improbidade administrativa e, conseqüentemente, a deixar o cargo

INVESTIGAÇÃO

Segundo o vereador, independentemente do que esteja no regimento da Câmara, o que vale é dar ciência do documento. “As autoridades competentes estão agindo. E o promotor do núcleo de combate à corrupção ao qual entregamos o relatório, julgou procedente e recebeu a documentação. Ou seja, demos um passo à frente contra a corrupção”, opina.

A CPI foi instaurada no início deste ano, quando altas quantias empenhadas pela Prefeitura chamaram a atenção dos vereadores do município.

Em 2012, por exemplo, a Prefeitura gastou mais de R\$ 1,5 milhão só com serviços extras - como pinturas, consertos, retelhamentos de prédios.

Detalhe: os gastos são apenas das Secretarias que não são ordenadoras de despesas, ou seja, não incluem a de Educação nem a da Saúde, que têm as maiores verbas. Em 2013, o valor milionário se repetiu.

A “CPI dos Serviços” ouviu mais de 60 pessoas. Mas, o depoimento do prefeito, importante para que se chegasse à conclusão dos trabalhos, não foi conseguido.

“Só faltou ouvi-lo, o que enriqueceria significativamente o relatório final. Também seria uma oportunidade para que ele esclare-

■ O desfecho da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - do Interior do Estado, cujo cenário é Cristinápolis, ainda é uma incógnita.

Isso porque, segundo o vereador Landerrobson Ribeiro, presidente da CPI, os colegas parlamentares parecem estar com certa má vontade.

“Se fosse esperar os vereadores darem continuidade nos encaminhamentos da CPI, não ocorreria nunca. Adiantei as coisas e sem que eles esperassem eu protocolei o relatório final com todas as peças na Procuradoria Geral do Ministério Pública no último dia 1º”, revela Landerrobson.

O relatório está sendo analisado pelo promotor Eduardo Dávila, que, agora, deve tomar as providências cabíveis. Quais são elas?

Possivelmente, o prefeito será afastado do cargo. “Inicialmente, o afastamento. Mas, o impeachment está praticamente confirmado”, assegura o vereador.

cesse os fatos perante a CPI, a essa Câmara e à população”, afirma Landerrobson Ribeiro, presidente da CPI.

OITIVAS

Mais de 60 pessoas foram ouvidas, 53 supostamente são prestadores de serviços, cinco secretários municipais, dois proprietários de estabelecimentos comerciais e uma foi citado nas oitivas.

De acordo com Landerro-

por três dias de serviço. No entanto, pelo empenho assinado por ela, teria embolsado R\$ 10.700.

Outro caso que surpreende é o de uma mulher que teria sido contratada como atriz teatral. Ela teria recebido R\$ 800 por cada apresentação. Mas, negou a prestação desse tipo de serviço.

Na verdade, em depoimento, ela afirmou fazer salgadinhos. Os integrantes da CPI chegaram a comparar as assinaturas dos empenhos com as dos depoimentos, e comprovaram: há uma diferença gritante.

IMORALIDADE

“Mesmo não sendo peritos, dá para constatar que não foram eles que assinaram”, assegura Landerrobson. Outro caso intrigante envolve a lavagem de carros.

De acordo com um dos empenhos, o Posto de Lavagem do Gustavo recebeu mais de R\$ 28 mil em 2013 por serviços prestados - o que por si só já fere a Lei de Licitação -, mas em depoimento o proprietário teria dito que nunca recebeu esse valor e sim a quantia de R\$ 20, o que comprovou com uma nota fiscal.

Além disso, 12 pessoas que assinaram os empenhos, simplesmente não existem perante o cadastro do Tribunal Regional Eleitoral. “A imoralidade é grande”, define o presidente da CPI.

“Existe a possibilidade de o prefeito ser cassado, já que o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e de Licitação gera improbidade administrativa. Ele terá que devolver o dinheiro, no mínimo”, destaca Landerrobson.

VERSÃO

Mas o prefeito não parece estar muito preocupado com isso. Questionado pelo Cinform sobre a investigação, ele apenas disse que não tinha nada a declarar e transferiu a ligação para José Menezes Lima, presidente da Câmara. José Menezes explicou que, na verdade, o processo está em aberto.

“No dia da conclusão da votação do relatório final, o relator, vereador Raimundo Dantas, se negou a assinar, alegando que não tinha sido ele que elaborou o relatório. Ao que parece, eles estavam mais preocupados com os procedimentos técnicos do que com os casos - graves - que estão sendo investigados.

“Encaminhamos para a Assessoria Jurídica para que a equipe julgue, em seu parecer, se os procedimentos foram os corretos ou não. Se não foram, a documentação pode ser arquivada, sim”, afirma José. O escritório responsável pelo parecer é o Paim Almeida Sobral Felizola - Advogados Associados. ■

bson, dos 53, 35 informaram que não prestaram qualquer serviço - mesmo tendo atestado o recebimento do pagamento.

Seis dessas pessoas se resguardaram ao direito de não falar. Apenas sete confirmaram a realização de algum tipo de serviço e cinco deles confirmaram, mas disseram não ter recebido os valores discriminados nos empenhos.

Uma cozinheira, por exemplo, disse ter recebido R\$ 150